

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/09/2014 a 30/09/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Indígenas ashaninka são assassinados na fronteira</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 08/09/2014 .....	4
<b>Achados vivos os camponeses desaparecidos em Chupinguaia</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 09/09/2014.....	5
<b>Incra adquire duas novas áreas por meio de adjudicação no Rio de Janeiro</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/09/2014 .....	6
<b>Incra recebe posse da área Usina Tanques, palco de luta da camponesa Margarida Alves</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/09/2014 .....	7
<b>Acesso à terra gera autonomia para agricultores familiares do Mato Grosso do Sul</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/09/2014 .....	8
<b>Movimento sindical denuncia atentado em acampamento e pede segurança</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/09/2014 .....	10
<b>Por resolução de problemas em assentamentos e acampamentos, famílias ocupam INCRA em Conceição do Araguaia, PA</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/09/2014.....	10
<b>Decisão do STF sobre criação de área indígena em MS consolida marco temporal, avalia FAMASUL</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 18/09/2014.....	11
<b>Ouidoria considera ilegal reintegração de posse da fazenda do senador Eunício Oliveira</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 18/09/2014.....	12
<b>Terra Legal entrega títulos para 190 agricultores familiares maranhenses.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/09/2014.	13
<b>Valor de terras sobe 300% em 10 anos.</b> Nivaldo Souza – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 19/09/2014.....	14
<b>Indígenas Kaingang são removidos à força por colonos de área pública no RS</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 19/09/2014.....	16
<b>Governo Federal faz mutirão de regularização fundiária e ambiental em Rondônia.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/09/2014.....	17
<b>Incra titula comunidade quilombola Conceição das Crioulas em Pernambuco</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/09/2014 .....	18
<b>Justiça manda INCRA-GO devolver Fazenda Estreito da Ponte de Pedra aos antigos donos</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/09/2014.....	19
<b>Camponeses que ocuparam sede do Incra em Araguaína discutem regularização das terras</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/09/2014.....	20
<b>Líder de acampamento é assassinado e quatro acampados são feridos, no Pará</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/09/2014.....	22

<b>Articulação Amazônia realiza encontro sobre Grilagem de terra e regularização fundiária.</b> Elvis Marques – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 24/09/2014....	23
<b>Após ocupação da Estrada de Ferro Carajás, quilombolas se amarram na ferrovia e iniciam greve de fome.</b> Diogo Cabral – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/09/2014.....	24
<b>MDA entrega 1,7 mil títulos a agricultores familiares cearenses</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/09/2014 .....	24
<b>Governo federal cria 33 novos assentamentos da reforma agrária</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/09/2014.....	25
<b>Governo Federal cria 33 assentamentos da reforma agrária</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/09/2014.....	26
<b>Governo Federal destina mais 64 mil hectares para reforma agrária.</b> Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/09/2014.....	27
<b>Governo Federal avança em reconhecimento da Comunidade Kalunga (GO).</b> Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/09/2014 .....	28
<b>RJ: Incra terá assentamento em área adquirida do Banco do Brasil</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/09/2014 .....	28
<b>Mais 328 famílias receberão lotes da reforma agrária no Maranhão</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/09/2014 .....	29
<b>Quem aperta o gatilho nos assassinatos do campo no Pará? Márcio Zonta</b> – Site do MST. 30/09/2014.....	30

## **Indígenas ashaninka são assassinados na fronteira – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 08/09/2014**

Quatro líderes indígenas da Comunidade Nativa Alto Tamaya–Saweto, no Peru, foram assassinados a balas na segunda-feira (1) quando se deslocavam dentro da floresta com destino a aldeia Apiwtxa, no Brasil, na fronteira dos dois países. Comunicada das mortes neste domingo (7), a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, prometeu “tentar acionar” a Polícia Federal em Brasília.

(Portal Amazônia)

Os indígenas Edwin Chota Valera, Jorge Ríos Pérez, Leoncio Quinticima Melendez e Francisco Pinedo, da etnia ashaninka, participariam de uma reunião com as lideranças brasileiras da mesma etnia sobre estratégias de continuidade de ações de vigilância e fiscalização da fronteira, para impedir a ação de narcotraficantes e de madeireiros, que exploram ilegalmente a região.

O líder indígena peruano Robert Guimarães Vásquez relatou que as vítimas foram assassinadas diante de vizinhos da comunidade de Saweto, na região de Ucayali, cuja capital é Pucalpa, como vingança de madeireiros cujas atividades ilegais foram denunciadas às autoridades pelos ashaninka.

- Os delinquentes agarraram as vítimas, as amarraram e balearam no campo desportivo – contou Vásquez.

Além de participar do movimento contra madeireiros e narcotraficantes que estão instalados na fronteira, os índios lutavam para demarcar sua terra no Rio Tamyá, no Peru. Eles integravam um grupo de trabalho transfronteiriço, compostos por organizações indigenistas, ambientalistas e indígenas, pela proteção dos povos indígenas contactados e sem contatos na fronteira do Acre.

No domingo, Francisco Pyãko, um dos líderes ashaninka do lado brasileiro da fronteira, enviou à presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, mensagem relatando que os indígenas não tem dúvidas de que as mortes foram uma reação de traficantes e madeireiros tentando manter-se na região. Piyãko disse que o povo Ashaninka do Amônia, no Acre, não vai se intimidar e cobrou das autoridades brasileiras e peruanas a imediata apuração no caso. A presidente da Funai prometeu acionar a Polícia Federal.

- Esses assassinatos fazem parte da ofensiva contra o movimento de lideranças que não aceita a presença de narcotraficantes e madeireiros na região. As lideranças se uniram contra as invasões de madeireiros e narcotraficantes peruanos nos dois lados da fronteira – disse Francisco Pyãko, um dos líderes Ashaninka, que ocupa cargo de diretor na secretaria estadual de Planejamento do governo do Acre.

Segundo a organização não-governamental Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), a “terrível notícia foi divulgada por radiofonia, cinco dias depois do ocorrido, quando do retorno do restante dos integrantes a aldeia de partida – Saweto, dadas as dificuldades de comunicação”.

A CPI-AC relatou que a situação de insegurança das comunidades ashaninka e de outros povos indígenas na fronteira Brasil-Peru tem sido agravada após a mobilização de

esforços conjuntos entre suas lideranças para deter as investidas de grupos criminosos sobre os seus territórios. Os ashaninka buscam apoio de organizações de defesa de direitos indígenas e da sociedade civil em Ucayali, no Peru, e no Acre.

- Esperamos que o Estado peruano apure imediatamente este caso, com rigor, e não deixe se instalar a impunidade, como observado em casos anteriores, de crimes contra os direitos indígenas. Reafirmamos também a necessidade, diversas vezes já expressa, que os governos do Acre e federal respondam as demandas de fiscalização da fronteira, com ações mais contínuas, apoiando as comunidades indígenas que nela habitam e que continuam como atores solitários da defesa do território brasileiro – apelou a CPI-AC em nota.

O indígena Edwin Chota, líder da Comunidade Nativa Alto Tamaya–Sawetoera. Em rede social, a jornalista Maria Emília Coelho disse estar “muito triste e chocada” com a notícia do assassinato dele e de mais três lideranças.

- Eles lutavam muito para demarcar seu território e contra madeireiros e traficantes que estão instalados na região da fronteira Acre-Peru. Tive o prazer de conhecer Edwin Chota em 2012, quando viajamos juntos pelo Rio Amônia, até a aldeia Apiwtxa, do povo Ashaninka, no Brasil. Grande líder e guerreiro do seu povo. Perda enorme. Necessitamos urgente da apuração do caso pelas autoridades competentes no Peru e Brasil – escreveu Maria Emília.

Edwin Chota havia denunciado várias vezes os madeireiros várias vezes as autoridades peruanas. As denúncias não foram apuradas e os madeireiros continuam atuando impunemente no Alto Tamaya.

O líder Isaac Piyãko, da aldeia Apiwtxa, considera que esse é uns dos maiores massacres na região contra o povo ashaninka.

- Sei que luta pela terra é uns dos grandes motivos. Naquela fronteira vai acontecer mais coisas se não for tomada nenhuma providência. As famílias asheninka do Saweto estavam lutando para sair do trabalho escravo. Agora, com a morte das principais lideranças da comunidade, vai piorar. Feriu a Apiwtxa diretamente. As pessoas mortas, suas famílias, moram na Apiwtxa. Nós vamos até o final, tentar garantir nossa liberdade.

Um funcionário da Funai, que pediu para que seu nome seja omitido, alertou que a preocupação é que os próximos alvos sejam os ashaninka do lado brasileiro.

Representante da Funai, Ministério Público Federal e Polícia Federal se reuniram em Cruzeiro do Sul (AC) para discutir uma ação na região, no intuito de apurar mais informações sobre o ocorrido e garantir a segurança da aldeia Apiwtxa e aos parentes das lideranças assassinadas. Agentes da PF e servidores da Funai serão deslocados para fronteira.

---

**Achados vivos os camponeses desaparecidos em Chupinguaia – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 09/09/2014**

Segundo informações do Centro Brasileiro de Solidariedade aos

Povos (CEBRASPO), os dois camponeses do Acampamento Gilson Gonçalves, desaparecidos na semana passada em Chupinguaia, Rondônia, foram encontrados vivos em circunstâncias ainda não esclarecidas. Eles estariam "presos e reféns, sob ameaças, dentro do banheiro da fazenda". Um deles estaria ferido.

(CPT Rondônia)

Segundo a matéria divulgada, após perseguição de "pistoleiros e polícia" eles "foram sequestrados a mando do latifundiário conhecido como Nego Zen".

A notícia do desaparecimento dos camponeses, chamados Daniel e Paulo foi divulgada na sexta-feira, 05 de setembro, pela Liga dos Camponeses Pobres.

Vejam abaixo a nota divulgada pela CEBRASPO:

#### *CONTRA O ASSASSINATO DE CAMPONESES E LIDERANÇAS CAMPONESAS!*

No dia 4 de setembro dois camponeses do acampamento Gilson Gonçalves desapareceram, após seguidas perseguições de pistoleiros e policiais no acampamento localizado no município de Chupinguaia- RO. Os camponeses foram sequestrados a mando do latifundiário conhecido como Nego Zen.

Após uma ampla campanha de solidariedade e denúncias na região, por meio de entidades como o próprio CEBRASPO, CPT, ABRAPO, organização de advogados do povo e movimentos camponeses cobrando providência dos Governos Estadual e Federal, os camponeses foram encontrados vivos, PRESOS e REFÉNS, sob ameaças, dentro do banheiro da fazenda, um deles ferido.

As ameaças, torturas e assassinatos de camponeses e lideranças camponesas a mando de latifundiários é prática recorrente no campo e a denúncia principalmente de entidades e organizações democráticas que defendem os direitos do povo é de fundamental importância para a defesa da vida dos camponeses.

---

#### **Inkra adquire duas novas áreas por meio de adjudicação no Rio de Janeiro – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/09/2014**

A Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro, por intermédio da Procuradoria Federal Especializada e da Procuradoria da Fazenda Nacional, obteve na Justiça decisão favorável à adjudicação das fazendas Judiá e Bom Retiro, ambas localizadas no município de Campos dos Goytacazes. A adjudicação é o ato judicial por meio do qual se transfere a propriedade de um bem penhorado para o credor, com a finalidade de quitação do débito.

Esta é a primeira vez, em dez anos, que o Incra/RJ consegue obter imóveis rurais por meio da adjudicação. Uma portaria publicada em 2011 pela Advocacia Geral da União (AGU) autoriza que imóveis rurais penhorados por dívidas com a União sejam destinados à reforma agrária. Dessa forma, em vez de a propriedade ir à leilão e o valor arrecadado ser utilizado para o pagamento das dívidas, o Incra pode solicitar à Justiça que a propriedade seja destinada para assentar trabalhadores rurais.

Desde dezembro de 2013, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/RJ (PFE/RJ) aguarda o deferimento judicial da adjudicação desses imóveis. A fazenda Jundiá possui uma área de 198 hectares e sua propriedade será transmitida em favor do Incra pelo valor de R\$ 1,025 milhão. Já o imóvel denominado Bom Retiro possui 114 hectares e sua propriedade será transmitida em favor do Incra pelo valor de R\$ 590 mil.

Para o chefe da PFE/RJ, Carlos Henrique Gondim, a adjudicação dessas áreas é motivo de comemoração, pois abre caminhos para novas aquisições no Estado. De acordo com o procurador, outros cinco imóveis rurais penhorados pela Fazenda Nacional no município de Campos dos Goytacazes(RJ) ainda aguardam decisão da Justiça. O município é um dos que apresentam maiores concentrações fundiárias no Estado, o que reforça a importância dessas adjudicações.

O procurador Gondim também ressalta outras vantagens da obtenção de terras rurais por meio da adjudicação. “Trata-se de um processo mais rápido, pois não se discute a produtividade do imóvel e o custo da aquisição em termos judiciais é mais barato”, explica. Sobre as primeiras adjudicações do Incra/RJ na última década, ele destaca a importância de se dar crédito a todos os envolvidos. “Esse foi um trabalho coletivo, que contou com o empenho do Incra, da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra”, sublinhou.

---

### **Incra recebe posse da área Usina Tanques, palco de luta da camponesa Margarida Alves – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/09/2014**

Uma das mais emblemáticas áreas no Brasil está finalmente liberada para a reforma agrária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) recebeu nessa quinta-feira (11) a posse do imóvel Usina Tanques, no município de Alagoa Grande, na Paraíba, distante cerca de 100 quilômetros de João Pessoa.

O presidente do Incra, Carlos Guedes ressaltou que a criação do assentamento dá acesso às demais políticas públicas e garantia de assistência técnica, moradia e melhoria da infraestrutura. “A luta pelo direito a essa terra durou 19 anos. Agora, é hora de conquistar o direito de produzir, gerar renda e criar seus filhos com dignidade”, afirmou.

Usina Tanques se tornou exemplo da luta rural porque nela, em 12 de agosto de 1983, foi assassinada a líder camponesa Margarida Maria Alves. Ela se destacou por exigir melhores condições de trabalho para operários e operárias que não tinham nem carteira assinada. A desapropriação da área virou uma das maiores bandeiras dos trabalhadores que defendem a democratização da terra no Brasil.

#### *Interesse Social*

Os imóveis rurais Usina Tanques e Capoeira foram declarados de interesse social para fins de reforma agrária por meio do Decreto Presidencial, publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de agosto de 2012. O novo projeto de assentamento terá aproximadamente 860 hectares e capacidade para abrigar 60 famílias de trabalhadores rurais. Muitas delas são de antigos posseiros que moram nas terras há anos.

Todas famílias serão inscritas no Cadastro Único para programas do Governo Federal para receber benefícios como os programas Bolsa Família e Brasil Sorridente.

O prefeito de Alagoa Grande, Hildon Regis Navarro Filho, reafirmou o compromisso de apoiar o futuro assentamento, a exemplo de outras áreas da reforma agrária no município. A prefeitura já investiu na implantação de açudes, casa de farinha e poço artesiano no local. “Estamos prontos para trabalhar em parceria, dar as mãos para ajudar essas famílias”. O município foi contemplado com máquinas do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

#### *Margarida Alves*

As fazendas da Paraíba, na década de 1970, eram usadas para a plantação de cana de açúcar e toda a produção era destinada à Usina Tanques, que atualmente está em ruínas. A líder camponesa Margarida Maria Alves foi assassinada na porta de casa, no município, em 1983.

Margarida foi uma das mulheres pioneiras na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. Após a morte, ela se tornou um símbolo político, representante das mulheres trabalhadoras rurais. A Marcha das Margaridas, uma mobilização nacional que reúne em Brasília milhares de mulheres trabalhadoras rurais, recebeu esse nome em homenagem à camponesa.

A área da Usina Tanques tem potencial para produzir batata-doce, banana, mandioca e cana-de-açúcar. “O assentamento será um polo de produção de alimentos. Vai atender a programas como o da merenda escolar e, dessa forma, orgulhar a memória de Margarida Alves e Maria da Penha”, concluiu o presidente do Inbra, Carlos Guedes.

#### *Zumbi dos Palmares*

Ainda na manhã da quinta-feira (11), O presidente do Inbra fez uma visita ao Assentamento Zumbi dos Palmares, no município de Mari, também na Paraíba. Guedes conheceu o trabalho que é desenvolvido pela Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no assentamento. Ele viu os detalhes do projeto da Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares (Coopaz), que foi selecionado para compor a Carteira de Projetos do Terra Forte. Esse programa tem o objetivo de fomentar a agroindustrialização e a comercialização da produção em assentamentos da reforma agrária.

Com informações da Ascom Inbra/PB

---

#### **Acesso à terra gera autonomia para agricultores familiares do Mato Grosso do Sul – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/09/2014**

O sonho de ter uma terra para plantar e dela tirar o sustento da família permeou, por anos, a vida de 86 agricultores familiares do município Antônio João, em Mato Grosso Sul, a cerca de 300 quilômetros da capital Campo Grande. O trabalho como empregados em outras propriedades maiores não gerava muita renda. Mas, há sete anos, essa realidade começou a mudar. Em 2007, conheceram o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e financiaram uma propriedade de 387 hectares, a fazenda Vera Nilza, e criaram a



Associação Progresso. Desde então, essas famílias trilham um caminho de desenvolvimento.

Junto dos três filhos e a mulher Rosenilda, o associado Valdete Franco dos Santos administra um “sítio” de 4,5 hectares, onde cultiva hortaliças e frutas e cria gado de leite, suínos e aves. Orgulhoso, conta que começou do zero. “Morava há 18 anos de favor numa chácara com minha família. Trabalhei de meeiro, diarista, e tudo mais que aparecia. Minha renda mal dava pra comer. Em 2005, ouvi falar do Crédito Fundiário e fui me informar sobre como acessar o programa. Dois anos depois, consegui comprar minha terra e desde então tudo mudou. Plantei cada árvore do pomar, construí tudo aqui do jeito que eu sonhei. Nossa alimentação e a qualidade de vida melhorou uns 200%. Isso só foi possível porque passamos a trabalhar no que era nosso.”

Valdete e seus companheiros são beneficiários ainda do Programa Luz para Todos e também do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - que custeia o processo produtivo e permite o financiamento de máquinas agrícolas. Com o apoio dos técnicos da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do MS (Agraer) e a integração das políticas para agricultura familiar, eles construíram casa, adquiriram bombas para irrigação, compraram animais, máquinas e um utilitário para a entrega dos produtos.

De olho no futuro, a Associação Progresso buscou parceria para garantir a comercialização dos produtos e qualidade de vida para as famílias. Os associados contam com o apoio da prefeitura de Antônio João na manutenção das estradas vicinais, na assistência à saúde, no transporte escolar e na aquisição de alimentos, que é feita por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Atualmente, a Associação negocia com a prefeitura a criação da Feira do Produtor.

A preocupação com a preservação do meio ambiente também é constante, principalmente com os 20% da área sem cultivo, onde há um trabalho de proteção dos mananciais e cursos d'água.

### *O PNCF*

Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Nacional de Crédito Fundiário é uma política complementar à reforma agrária, pois permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação. Atende agricultores familiares sem terra ou com pouca, principalmente jovens rurais.

Além da terra, o PNCF permite ao agricultor construir moradia, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. Desde sua implantação, há dez anos, já beneficiou mais de 138 mil famílias.

Possui três linhas de financiamento - com juros que variam de 0,5% a 2% e assistência técnica de cinco anos - e selos adicionais para jovens, negros não quilombolas, mulheres e para projetos ambientais, sendo uma importante alternativa para agricultores familiares, principalmente a juventude.

*Com informações da Ascom/Seprotur*

---

## **Movimento sindical denuncia atentado em acampamento e pede segurança – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/09/2014**

O acampamento Vida Nova, em Jordânia, Minas Gerais, tem sofrido ataques nos últimos meses, e tanto famílias acampadas quanto dirigentes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) da região estão ameaçados de morte por parte das pessoas que se dizem proprietárias da área onde o acampamento está localizado.

(Portal Vermelho)

Quem faz a denúncia é o STTR de Jordânia, apoiado pela Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT-MG).

Segundo informações do sindicato, os trabalhadores rurais acampados e dirigentes sofrem ameaças desde a criação do acampamento, porém as ameaças se intensificaram a partir de outubro de 2013. Já foram registrados dois boletins de ocorrência das ameaças na delegacia local.

### *Histórico dos ataques*

Em julho, trabalhadores identificaram um grande desmatamento com extração de madeira na mata pertencente ao acampamento. A área teve perícia da polícia florestal, que registrou boletim de ocorrência da denúncia. Em agosto, o barraco de uma acampada e diretora do STR de Jordânia foi arrombado, e as ferramentas usadas no ato foram deixadas no local. Nada foi levado, mas a trabalhadora registrou ocorrência do fato em mais um boletim policial.

Outros dois barracos foram atacados no final de agosto. Dessa vez, atearam fogo às moradias dos trabalhadores. No primeiro deles, além dos danos ao barraco, o incêndio matou o cachorro e algumas galinhas pertencentes à família. O trabalhador chegou a ver o executor do crime, e levantou três suspeitos ao registrar o boletim de ocorrência. Há mais ameaças de incêndios criminosos em outros barracos, também registrados em BOs.

Providências legais já foram solicitadas. Mas, até o momento não houve resposta, e os moradores do acampamento Vida Nova estão sob constante insegurança e medo. A Contag solicita atenção e providências práticas do governo mineiro ao caso, antes que alguns dos trabalhadores acampados e dirigentes sofram algum ataque fatal por conta deste conflito.

---

## **Por resolução de problemas em assentamentos e acampamentos, famílias ocupam INCRA em Conceição do Araguaia, PA – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/09/2014**

Na tarde dessa segunda-feira, 15 de setembro de 2014, cerca de 150 trabalhadores/as rurais ligados ao STTR e LCP ocuparam a sede da Unidade Avançada do INCRA de Conceição do Araguaia. O objetivo da manifestação é exigir do órgão responsável pela

Reforma Agrária no Brasil, solução para os diversos problemas enfrentados por assentados e acampados da Região.

Historicamente a Região Sul do Pará, especialmente na década de 1980, afamou-se pela violência praticada contra trabalhadores/as rurais. Na luta pela democratização da terra, muitos foram espancados, torturados, ou mesmo mortos pelas mãos do latifúndio, manchando com sangue a Reforma Agrária no Estado do Pará.

Conceição do Araguaia, após anos de batalha, hoje se orgulha por ser o Município com maior número de Projetos de Assentamentos criados no Estado do Pará. No entanto, ao INCRA, órgão responsável pela gestão e infraestrutura dos PA's existentes, falta competência. Por outro lado, restam-lhe reivindicações de famílias acampadas solicitando regularização de suas áreas.

Dentre as alegações do Chefe da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia, Emivaldo Amâncio, está a escassez de recursos financeiros e humanos para a concretização dos trabalhos. Anualmente, dezenas de reuniões são realizadas, tanto em Conceição do Araguaia, quanto na Superintendência em Marabá, contando inclusive com a participação da Ouvidoria Agrária Nacional, sem que hajam, contudo, encaminhamentos efetivos acerca da problemática enfrentada pelo campesinato no Sul do Pará.

Cansadas, depois de anos de espera e movidos pelo espírito de luta, trabalhadores/as rurais decidiram manifestar-se duramente pela observância de seus direitos, constitucionalmente garantidos. As exigências feitas e protocoladas junto à Chefia do INCRA de Conceição do Araguaia referem-se a encaminhamento nos processos administrativos de Desapropriação (Lei 8.629/93), ou compra e venda (Decreto 433/92) das áreas reivindicadas, e instalação de infraestrutura adequada nos PA's, como habitação, energia elétrica e estradas.

Por entenderem que a solução possa partir das instâncias superiores, os trabalhadores/as exigem a presença do Chefe do Setor de Obtenção de Terras do INCRA Nacional, Ulaí Batista Nogueira, mantendo-se firmes em seus propósitos e dispostos a permanecerem na ocupação do órgão, até que hajam encaminhamentos definitivos para suas reivindicações.

---

**Decisão do STF sobre criação de área indígena em MS consolida marco temporal, avalia FAMASUL – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 18/09/2014**

A decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a linha de orientação do caso Raposa Serra do Sol ao julgar ação que pretendia a criação de terra indígena em área particular em Mato Grosso do Sul demonstra o amadurecimento no judiciário brasileiro quanto à validade do marco temporal. A avaliação é da FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de MS em relação ao provimento de recurso proferido pelo STF nesta terça-feira (17), indeferindo o processo de demarcação da Terra Indígena Guyraroká, reivindicada pela etnia guarani-kaiowá, no município de Caarapó (MS).

Com o voto final do ministro Celso de Mello, o julgamento reforma decisão anterior do STJ e dá ganho de causa ao proprietário da área, Avelino Antônio Donatti. Pelo marco temporal não se reconhecem como terras de ocupação tradicional áreas que não contavam com a presença indígena na data da promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988.

Em seu julgamento, o ministro considera que o relatório de identificação da pretendida reserva indica presença de indígenas na região até o início da década de 40. Sendo assim, “há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na área, portanto não há que se discutir o tema da posse indígena”, validou o magistrado.

A ação se refere à fazenda Cana Verde, de 600 hectares, porém incide sobre o processo administrativo e a portaria demarcatória de uma área de 11,4 mil hectares, formada por 26 propriedades pretendidas para a criação da nova área indígena. Segundo o advogado de Donatti, Cícero Alves da Costa, a decisão cria uma nova realidade nos processos demarcatórios que não fica restrita ao marco temporal. “A decisão é muito mais abrangente e incide, entre outros aspectos, também sobre a falta de pressupostos para a demarcação de terras”, acredita.

Para o presidente da FAMASUL, Eduardo Riedel, o julgamento ratifica o entendimento da Suprema Corte e elimina o descompasso de decisões anteriores no que se refere à demarcação de áreas indígenas. “Mostra que o Judiciário caminha para um entendimento sólido em relação aos litígios de terra no País”, comemora.

Para o dirigente, o julgamento do STF reforça também que a invasão é uma estratégia equivocada do ponto de vista da requisição de áreas indígenas. “A decisão do Supremo, inclusive com a indicação de compra de áreas por parte do Governo Federal - quando for o caso - para acomodar as comunidades indígenas muda o eixo das discussões. Porque a maior necessidade dessas etnias é de políticas públicas concretas de apoio e suporte, as quais lhes garantam subsistência e autonomia, preservando suas culturas”, considera.

A decisão do STF gera expectativas nos proprietários de terras invadidas em Mato Grosso do Sul. Atualmente, o Estado tem 80 propriedades privadas invadidas por indígenas, sendo que algumas estão em litígio há mais de uma década. Entre as pretensões das comunidades indígenas está a ampliação das aldeias. No julgamento do caso Raposa Serra do Sol, as diretrizes estabelecidas pelo Supremo a partir da interpretação da Constituição Federal também estabelecem a impossibilidade de ampliação de reservas já homologadas.

---

### **Ouvidoria considera ilegal reintegração de posse da fazenda do senador Eunício Oliveira – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 18/09/2014**

A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo emitiu uma carta à Procuradoria Geral e Justiça Goiânia para que não seja realizado o despejo da Fazenda Santa Mônica, ocupada por cerca de 3.000 famílias Sem Terra desde o último dia 30 de agosto, entre os municípios de Corumbá de Goiás, Alexânia e Abadiânia (GO).

Da Página do MST

A carta foi enviada pelo Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, após uma reunião realizada pela Ouvidoria na última quinta-feira (11), na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Goiânia.

Gercino Filho questiona ao procurador Lauro Machado Nogueira se o Ministério Público local foi ouvido antes de o Juízo da comarca de Corumbá proferir a decisão liminar determinando a reintegração de posse da fazenda Santa Mônica.

O ouvidor faz um contraponto à decisão do juiz Levine Gabaglia, que além de pedir a reintegração de posse da área, no último dia 3 de setembro proibiu a entrada de alimentos, médicos e indivíduos na ocupação.

Embora negue, Gabaglia é acusado pelos Sem Terra de ser um amigo próximo do proprietário da área, o senador e candidato a governador do estado do Ceará, Eunício Oliveira (PMDB).

Caso o Ministério Público não tenha sido notificado, a liminar será anulada, conforme decidiu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, relatado pelo desembargador Veiga de Oliveira. "Nas lides em que se discute conflito agrário, com evidente interesse público em função do caráter coletivo da demanda, é imprescindível a intimação do Ministério Público antes da apreciação da medida liminar requerida, conforme determina o codex processual e Resolução nº 438/2004 do TJMG, sob pena de nulidade da decisão prolatada, em razão da ausência da intervenção do representante ministerial."

Como relembra o desembargador, é de competência da Ouvidoria Agrária Nacional promover gestões junto aos representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Incra de outras entidades relacionadas com o tema, visando à resolução de tensões e conflitos sociais no campo.

---

### **Terra Legal entrega títulos para 190 agricultores familiares maranhenses. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/09/2014**

Mais 190 agricultores familiares do Maranhão recebem, a partir de sábado (20), títulos definitivos das propriedades onde vivem. Os documentos, emitidos pelo Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), garantem às famílias segurança para produzir e ainda incentivam a preservação ambiental. Serão beneficiados os agricultores familiares dos municípios de Pedro do Rosário, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca. As entregas vão até dia 27.

O documento definitivo vai auxiliar no desenvolvimento sustentável da região. "Com ele, os agricultores familiares têm melhores condições de produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente. O título, também, é a porta de entrada para as políticas públicas do Governo Federal", explica o secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do MDA, Sérgio Lopes.

#### *Programa Terra Legal Amazônia*

O programa tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, unidades de conservação,

florestas públicas e áreas da Marinha e reservadas à administração militar. Criado em 2009, é coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Amazônia Legal - região que abrange nove estados.

O Terra Legal promove à redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares, pois ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada. Os agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

#### *Serviço*

Entrega de 30 títulos de terra para agricultores familiares de Pedro do Rosário (MA)

Data: 20 de setembro (sábado)

Horário: ao longo de todo o dia

Local: Diretamente na casa dos beneficiados.

Entrega de 70 títulos de terra para agricultores familiares de Vila Nova dos Martírios (MA)

Data: 26 de setembro (sexta-feira)

Horário: 10 h

Local: Câmara Municipal – Rua Rio Branco s/nº - Centro - Vila Nova dos Martírios (MA)

Entrega de 90 títulos de terra para agricultores familiares de São Pedro da Água Branca (MA)

Data: 27 de setembro (sábado)

Horário: 10 h

Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - Rua Nova, nº 2 – Centro - São Pedro da Água Branca (MA)

---

#### **Valor de terras sobe 300% em 10 anos. Nivaldo Souza – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 19/09/2014**

*Mapeamento realizado pelo Banco do Brasil mostra que o preço do hectare saltou da média de R\$ 2,6 mil para R\$ 10,6 mil entre 2002 e 2013*

O movimento de alta no preço das commodities agrícolas na última década puxou também o valor da terra no Brasil. O preço do hectare para a agropecuária no disparou 308%, saltando da média R\$ 2,6 mil para R\$ 10,6 mil entre 2002 e 2013.

O crescimento foi mapeado pelo Banco do Brasil, em um estudo inédito elaborado com base em dados recolhidos por seus 260 técnicos espalhados por todas as regiões e obtido pelo Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

O diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, Clenio Severio Teribele, avalia que o encarecimento da terra revela o avanço patrimonial dos empresários do campo.

"Isso mostra um ganho que até agora era pouco visível", afirma. "A valorização da terra foi extraordinária na última década".

O aumento mais significativo do custo do hectare foi verificado na pecuária. A terra para a criação de gado ficou 343% mais cara, passando de R\$ 1,5 mil, em 2002, para R\$ 6,8 mil no ano passado.

A terra para a lavoura teve uma valorização de 245% no mesmo período - de R\$ 5,7 mil para R\$ 19,8 mil. A diferença entre os preços para cada ramo ocorre em razão da utilização de máquinas e fertilizantes, por exemplo, como é o caso da agricultura, o que eleva o gasto necessário para viabilizar as lavouras.

Norte. Entre as regiões, o destaque foi a disparada nos preços do Norte (509,7%), onde o hectare agrícola passou de R\$ 995 para R\$ 6,06 mil. Para a criação de gado, o custo da terra saltou 365,79%. O Banco do Brasil avalia a alta como reflexo da migração da fronteira agrícola a partir do Centro-Oeste. "O mundo está descobrindo a Região Norte", diz Teribele.

Apesar do aumento patrimonial dos produtores do Norte, o Ministério da Agricultura trabalha com uma redução de 9,7% do valor bruto da produção (VBP) para a região neste ano. Em 2013, a pecuária e a agricultura do Norte atingiu R\$ 19,68 bilhões em VBP. A estimativa do ministério é uma geração de riqueza no campo de R\$ 17,7 bilhões em 2014.

Enfraquecimento. O recuo na renda indica a tendência de queda no preço das commodities no mercado internacional e deve ser mantida, avalia o acompanhamento feito pelo Banco do Brasil. "As análises das consultorias que indicam isso estão muito alinhadas com o que temos acompanhado no dia a dia", diz o gerente executivo de Agronegócios do banco, Ivandré Montiel da Silva.

O diretor Clenio Teribele concorda com a avaliação do mercado de que as commodities estão perdendo fôlego depois de uma década de preços crescentes. Mas avalia que os preços devem se estabilizar acima da média de anos anteriores ao boom iniciado em 2001, a partir da intensificação do apetite da China por carne e grãos. "As commodities vão ter pressão de preço (em 2014 e 2015), mas vão se manter acima da série histórica", prevê.

Crédito. Movida pela intensa movimentação, a carteira atual de crédito agrícola do Banco do Brasil atingiu R\$ 157,2 bilhões em junho de 2014. O financiamento do banco na agropecuária saltou 835% em relação aos R\$ 16,8 bilhões de 2002. O crescimento, destaca Teribele, não acompanha o movimento do agronegócio para as novas fronteiras agrícolas do País.

O Banco do Brasil, porém, não regionaliza os dados de crédito para mapear se ele acompanha o aumento do preço da terra, por exemplo, da Região Norte. O banco argumenta que muitas empresas atuam em diversas regiões, mas solicitam financiamento nas suas sedes. "Nossa principal garantia (a ceder empréstimos) não é a quantidade de terra, mas o referencial técnico", diz o diretor.

---

## **Indígenas Kaingang são removidos à força por colonos de área pública no RS – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 19/09/2014**

Enquanto o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo realizava mais uma rodada das mesas de diálogo sobre a demarcação de terras, em Brasília, durante esta quarta-feira, 17, com agricultores e indígenas do Rio Grande do Sul, no norte do estado 12 famílias Kaingang eram removidas à força das margens de uma rodovia estadual, a ERS-480, no município de Erval Grande.

(Fonte: CIMI)

Uma turma enfurecida de agricultores e comerciantes de Erval, convocados por um ofício da Comissão da Invasão Indígena do município, se posicionou diante do acampamento Kaingang, situado próximo de área reivindicada pelos indígenas como tradicional, destruiu barracos, jogou pertences sobre caminhões e na marra os empurrou para dentro de uma van, despejando-os como se fossem animais a cerca de 140 km do local, às portas da sede da Funai, em Passo Grande.

Na frente do órgão, os colonos agrediram os indígenas, que eram cerca de 45 vindos do acampamento de forma obrigada. Os Kaingang se defenderam e um princípio de conflito teve início. De acordo com o coordenador regional da Funai, Roberto Perin, os Kaingang foram levados para uma reserva em Água Santa. Para a imprensa local, Perin repudiou a ação do bando e afirmou que há medidas legais em casos como o de Erval: seja para a reintegração de áreas, ou para a realização das demarcações.

Jacir de Paula Kaingang afirma que não vão desistir das terras reivindicadas, e que não tinham o objetivo de destruir casas ou agredir qualquer morador, tal como justificava a convocatória ao ato contra os indígenas acampados às margens da rodovia. “Foi contra a nossa vontade (a remoção). Sabemos de nossos direitos. Dizem [agricultores] que são donos há cem anos, mas nós que somos donos há 500 anos. Fomos para reivindicar essa área verde, próximo da rodovia. Não invadimos propriedade dos colonos. Eles têm direito e nós também temos”, disse Jacir para a imprensa local. Os Kaingang prestaram depoimento para procuradores do Ministério Público Federal (MPF) nesta quinta-feira, 18.

Erval Grande compõe uma região que conta ainda com o município de Vicente Dutra, local em que no mês de novembro de 2013, durante Audiência Pública da Comissão de Agricultura, os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) convocaram os colonos para resistirem “da forma que for” contra os povos indígenas que reivindicam terras tradicionais.

Também nesta mesma região está Faxinalzinho, município onde ocorreram conflitos entre indígenas Kaingang agricultores. Os Kaingang bloquearam estradas vicinais em protesto pela demora nas demarcações de terras e dezenas de agricultores trataram a manifestação e organização dos Kaingang com violência e intolerância.

Com medo de serem filmados e identificados pelo ato criminoso, os colonos agrediram um cinegrafista da RBS, emissora que cobria a remoção forçada. A ilegalidade, portanto, foi flagrante. Apenas quem pode questionar a presença dos Kaingang no local



é o Estado, que só poderia fazer a reintegração de posse com decisão judicial. Ainda que a área fosse ‘privada’, só poderia ser revista pelo ‘proprietário’ na Justiça.

O fato é grave e injustificável. Ao que parece, centenas de agricultores apoiados pelos discursos de ódio dos parlamentares, pela certeza da impunidade e amparados pela política indigenista do governo federal de paralisação das demarcações, decidiram fazer a justiça dos mais fortes, “da forma que for”, numa cruzada já imposta aos indígenas durante o século XX, com remoções forçadas, higienização étnica e racismo.

Enquanto os Kaingang seguem às margens das estradas, colonos seguem à margem da lei incentivados e encorajados pela inócua figura do ministro da Justiça, que não pode ser eximido de responsabilidade. Cardozo, de forma insistente, aposta numa via que só pode dar certo caso os indígenas abram mão de seus direitos ou de pedaços de seus territórios a ponto de satisfazer as vontades dos ocupantes de plantão.

Os brados da raiva bestial de Heinze e Moreira ergueram cercas de ódio e violência ao redor dos direitos dos povos indígenas. Tais obstáculos, todavia, podem ser trespassados pela aplicação das legislações e regras envolvendo terras indígenas, terrivelmente interpretadas por um ministro especialista em administrar a própria inoperância. Com o resultado das eleições indefinido, sem contar o fato de que os três favoritos a vencer a corrida presidencial fecharam pactos com o ruralismo, o futuro segue sob névoas sombrias.

Enquanto isso, a intolerância destes colonos não permite mais que os indígenas ocupem ao menos os pequenos pedaços de área pública entre as cercas e o asfalto, já que as terras tradicionais seguem sob embargo das mesas de diálogo; e elas, na parte que as toca, não agradam tanto o movimento indígena, quanto os ruralistas, que por sua vez passam por cima do diálogo tal como se comprova com a remoção forçada dos Kaingang, entre outros episódios país afora.

---

**Governo Federal faz mutirão de regularização fundiária e ambiental em Rondônia. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/09/2014**

Para garantir o título das propriedades e o registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) a agricultores familiares, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realiza, a partir de segunda-feira (22), mutirão de regularização fundiária e ambiental no distrito União Bandeirantes, no município de Porto Velho (RO). A previsão é de que sejam emitidos, até 1º de outubro, 700 títulos do programa Terra Legal Amazônia para famílias da região.

O objetivo do mutirão é concentrar as ações do Governo Federal na região para garantir um atendimento completo à população. “Articular as ações de regularização fundiária e preservação ambiental é o foco de nossas ações. Assim, criamos as condições para a produção de alimentos saudáveis e o desenvolvimento sustentável”, explica o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia do MDA, Sérgio Lopes.

*Programa Terra Legal Amazônia*

O programa tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, unidades de conservação, florestas públicas e áreas da Marinha e reservadas à administração militar. Foi criado em 2009 e é coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da Amazônia Legal, que abrange nove estados.

O Terra Legal promove à redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares, pois ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada. Os agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

---

### **Incra titula comunidade quilombola Conceição das Crioulas em Pernambuco – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/09/2014**

As discussões realizadas pela Mesa Nacional Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Quilombola estão sendo revertidas em ações concretas em todo o País. Na segunda-feira (22), o presidente do Incra, Carlos Guedes, visitará a Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro (PE), para entregar três títulos de domínio. Com isso, mais de 898 hectares se tornarão parte do patrimônio coletivo da comunidade quilombola, o que vai beneficiar 750 famílias.

A titulação ocorrerá mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC). A presidente da associação, Valdeci Maria da Silva Oliveira, comemora a ação. “Com certeza é uma grande alegria. É o resultado da nossa luta, é um momento histórico”. O presidente do Incra frisa que essa ação é de suma importância, "uma vez que tem como finalidade garantir a reprodução física, social, econômica e cultural da comunidade".

#### *Agenda nacional*

Também no dia 22, a comunidade de Jatobá, no Rio Grande do Norte, receberá sete títulos de domínio de uma área de 130,8 hectares. Na terça, dia 23, o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Richard Torsiano, visitará a comunidade urbana de Sacopã, próximo à Lagoa Rodrigues de Freitas, no Rio de Janeiro. O local terá publicada, ainda neste mês, a Portaria de Reconhecimento que declara os limites do quilombo, que foi reconhecido como área de interesse cultural pela Câmara Legislativa do Rio de Janeiro.

Outro anúncio no Rio de Janeiro será o da autorização, com publicação prevista também para este mês, do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade Cruzeirinho, no município fluminense de Natividade. E no Rio Grande do Sul, no mesmo dia, serão entregues três títulos, abrangendo 26,4 hectares, a 55 famílias quilombolas de Rincão dos Martinianos.

#### *Atos realizados*

Em Florianópolis (SC), foi iniciado, no último dia 17, o Encontro Estadual de Territórios Catarinenses. O evento teve a participação de integrantes de 12 comunidades

e de representantes da Coordenação Nacional de Comunidade Quilombola (CONAQ). Também foram entregues três títulos de domínio a quilombolas da comunidade Invernada dos Negros.

Em São Paulo, a agenda quilombola foi marcada pela instalação, no dia 18 deste mês, do Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola (PBQ), com a apresentação dos mapas das comunidades do estado. No dia 19, o Incra promoveu duas ações, sendo uma delas na Bahia, com a visita à comunidade de Tijuáçu, que teve portaria de Reconhecimento e Delimitação de território quilombola publicada em julho de 2014. A outra agenda ocorreu no Ceará, que desde o dia 19 sedia o Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas, evento que segue domingo (21).

#### *Serviço*

Entrega de títulos de domínio para a Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas

Data: 22 de setembro (segunda-feira)

Horário: 10h

Local: Sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – Salgueiro (PE)

---

#### **Justiça manda INCRA-GO devolver Fazenda Estreito da Ponte de Pedra aos antigos donos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/09/2014**

A decisão parcial do TRF (Tribunal Regional Federal da 1ª. região) determina ao INCRA que a antiga fazenda, onde hoje é o Assentamento Estreito da Ponte Pedra, seja devolvida aos antigos donos. Atualmente, 112 famílias estão assentadas na área.

Aconteceu na manhã de 16 de setembro de 2014, na sede do Assentamento Estreito da Ponte Pedra, localizado nos municípios de Paraúna e Rio Verde-GO, uma reunião com a presença do superintendente regional do INCRA-GO, Sr. Jorge Tadeu Jatobá, e com as 112 famílias assentadas no mesmo. O motivo da reunião com os assentados foi discutir uma decisão parcial do TRF (Tribunal Regional Federal da 1ª. região), que determinou o INCRA a efetuar a devolução da fazenda (962 alqueires) aos antigos donos.

A decisão da justiça, ao que tudo indica, se baseia no GUT – Grau de Utilização da Terra. O resultado da vistoria realizada no imóvel pelo INCRA deu improdutiva, GUT de 68%. Com base neste resultado o INCRA procedeu com a desapropriação, entretanto, o proprietário recorreu e solicitada pela justiça uma perícia judicial, o resultado aproximado da mesma foi de 81%, sendo que o mínimo é 80%. Estranho???

Existe uma grande tensão entre os agricultores (as) familiares do referido assentamento, porque há mais de 18 anos os mesmos estão trabalhando e produzindo seu sustento. Ao ouvir as famílias, muitos estão preocupados com a notícia e como ela tem repercutido, porque a imprensa noticiou informações imprecisas, inclusive mostrando maquinários estragados e sucateados dos “assentados dizendo que era da antiga fazenda”.

A área do assentamento abrange dois municípios, em cada um deles estão assentadas 56 famílias, aproximadamente 380 pessoas. Destas, 170 são crianças e adolescentes, que estudam na Escola Municipal Rural de Tempo Integral Ponte de Pedra e desta já saiu “alunos que hoje estão cursando medicina, direito, pedagogia” entre outros cursos, em

Rio Verde – GO, Jataí – GO, e na capital do Estado. Também os 26 funcionários da Escola Rural, em sua maioria, são assentados ou filhos de assentados. No assentamento, além da produção agrícola muito expressiva de grãos, existe também uma produção de 13 a 15 mil litros de leite por mês, frutas e hortaliças.

Na reunião se podia perceber a grande preocupação dos agricultores que fizeram financiamento para adquirir maquinários e implementos para trabalharem na sua terra. No final foi sugerido pelo próprio superintendente do INCRA, Jorge Tadeu, que todos deveriam estar atentos à decisão final do processo e sugeriu que os assentados não façam plantio com previsão de colheita superior a seis meses.

Este assentamento está localizado na região pulsante do agronegócio goiano e do país, foi uma das poucas áreas conquistadas nesta região, e que infelizmente corre o risco agora de sair das mãos de famílias camponesas e voltar a ser mais um latifúndio por extensão.

As famílias terão que estar dispostas a lutar mais uma vez, pela mesma terra.

---

### **Camponeses que ocuparam sede do Incra em Araguaína discutem regularização das terras – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/09/2014**

Após cinco dias de ocupação da sede do Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Araguaína, no mês de agosto, 16 comunidades de trabalhadores rurais estiveram em Audiência Pública nesta quinta-feira, 18, com representantes da Defensoria Pública do Estado, CPT – Comissão Pastoral da Terra, MPF/TO – Ministério Público Federal, Ouvidoria Agrária Estadual e Nacional, Presidência do Incra, entre outras instituições agrárias do Estado.

É a sexta audiência realizada entre as Instituições e os camponeses, desde 2011, tendo como pauta a regularização dos territórios. “Temos visto a inércia do poder público, e que os avanços são mínimos com as demandas apresentadas pelos camponeses. A Defensoria Pública é solidária com estas comunidades e estamos comprometidos a continuar defendendo os direitos dessas famílias”, declarou o defensor público Pedro Alexandre Gonçalves, coordenador do DPAGRA – Núcleo da Defensoria Pública Agrária.

A posse das terras é a principal demanda das comunidades. Conforme o representante da coordenação Nacional da CPT, Edmundo Rodrigues, 625 famílias foram despejadas no ano de 2013 por falta de regularização fundiária.

A maioria das comunidades cobrou as vistorias dos imóveis ocupados, processo necessário para a desapropriação, atividade que não vem ocorrendo por força de decisão judicial que impede os peritos agrônomos a atuarem no campo sem o uso de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, materiais que estão em falta no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O assessor da Presidência do Incra, Afonso Tiago Sousa, garantiu durante a audiência que no prazo de 30 dias os EPIs serão disponibilizados aos servidores públicos. A partir deste prazo, cronograma de vistoria será definido, conforme afirmou o chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Incra, Luiz Amado Pereira Júnior.

Foram apresentadas por cada comunidade demandas específicas para avaliação dos encaminhamentos realizados na audiência anterior, que ocorreu em maio de 2014.

#### *Serra do Centro*

A situação de 82 famílias na Comunidade Serra do Centro, em Campos Lindos, recebeu atenção especial das autoridades, devido ao prazo de suspensão do processo de reintegração de posse expirar no próximo dia 27 de setembro. Como resolução imediata, uma audiência de negociação com as famílias e a Associação Planalto, dos produtores de soja, deverá ser agendada para que novo prazo seja solicitado ao judiciário para a desocupação das famílias, até que as instituições demonstrem a posse tradicional destas famílias.

Há um consenso entre as instituições envolvidas de que houve um critério equivocado do Itertins, à época da regularização do território, que tituló 78 famílias, mas desconsiderou o núcleo familiar, excluindo 82 famílias de descendentes, como filhos, irmãos casados, que também viviam na localidade há mais de 40 anos, e alguns até com mais de 60 anos.

O MPF/TO, ciente da gravidade da situação, realizou um estudo antropológico para determinar as origens da comunidade, e a Defensoria Pública fez um estudo psicossocial que também poderá corroborar com os procedimentos de demonstração da posse destas 82 famílias de lavradores na Serra do Centro. A própria comunidade executou um estudo agrícola para vistoria das terras com o objetivo de subsidiar informações.

#### *Acampamento Vitória*

Em audiências públicas anteriores, após tomar conhecimento da proposição de Ação de Manutenção de Posse em desfavor das famílias do Acampamento Vitória, a Defensoria se habilitou para atuar na defesa dos trabalhadores rurais, juntamente com a CPT, logrando êxito com a manutenção das famílias na área que ocupam no município de Palmeirante.

A demanda destas famílias agora é pela anulação do título de posse que concedeu a área a outrem, em detrimento das famílias que ocupam as terras. A área disputada pelas famílias consistia, originalmente, em terras devolutas da União (terras públicas sem destinação). Há indícios de que o processo de regularização se deu de modo fraudulento e, ainda, que a área em litígio não seria administrada pelo suposto proprietário.

Na audiência pública desta quinta-feira, 19, foi estabelecido que o Itertins, através de Grupo de Trabalho sobre títulos expedidos pelo órgão, vai propor o cancelamento do título administrativamente. O suposto proprietário também busca a regularização do título das terras junto ao Programa Terra Legal, e as famílias noticiaram a denúncia da parcialidade da vistoria realizada na área, solicitando ao MPF/TO que investigue a situação.

A questão dos títulos irregulares é assunto recorrente na audiência pública com as comunidades. Conforme informado pelo Itertins, foram expedidos 2.000 títulos, desde 2011, que supostamente se referem a áreas da União.

#### *Articulação Camponesa*

A audiência pública ocorreu na chácara da CPT, em Araguaína, conforme designado em Termo de Conciliação intermediado pelo MPF/TO, em decorrência das famílias integrantes da Articulação Camponesa de Luta Pela Terra e Defesa dos Territórios ter ocupado a sede do Incra, em Araguaína, entre os dias 18 e 22 de agosto.

Segundo a procuradora da República no município de Araguaína, Ludmilla Vieira de Souza Mota, o imóvel foi ocupado pelo movimento camponês para pressionar o Incra a abrir vias de diálogo, diante dos reiterados compromissos assumidos pelo órgão em audiências públicas e que permaneciam sem resposta.

---

### **Líder de acampamento é assassinado e quatro acampados são feridos, no Pará – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/09/2014**

O coordenador da ocupação da fazenda Gaúcha foi assassinado e pelo menos quatro acampados foram baleados por supostos seguranças ligados a propriedade, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, Pará. O crime ocorreu no final da tarde desta segunda-feira (22).

CPT Nacional - com informações da Fetagri-PA

Conforme informações iniciais da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Pará (Fetagri-PA), Jair, que coordenava a ocupação da fazenda, não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Entre os feridos, ainda segundo a organização, está o jovem Mateus, diretor de políticas sociais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus do Tocantins.

Em nota, a Fetagri informou que as vítimas acompanhavam uma máquina que construía a estrada que dá acesso ao acampamento. "Quando passavam em frente à sede da fazenda, foram atacados a balas", informa a Fetagri.

O assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT), José Batista Afonso, foi informado "que houve uma tentativa de fazer a recuperação de um trecho da estrada para ter acesso à escola. E o gerente da fazenda e os pistoleiros tentaram impedir a abertura da estrada".

"Várias denúncias já foram feitas na Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá contra o gerente da fazenda, que já bateu, ameaçou e humilhou trabalhadores/as que passavam em frente à sede da fazenda. Tem jagunços fortemente armados e agora atacou a bala, feriu e matou trabalhadores da Ocupação Gaúcha", destaca a federação, que ainda denuncia a morosidade da Justiça Federal de Marabá.

"A Justiça Federal de Marabá também é culpada por este conflito, pois há mais de seis anos está sentada em cima do processo de uma área pública, e não dá resposta aos trabalhadores/as.... Infelizmente mais um trabalhador morre pela luta na terra", aponta.

#### *A área*

A fazenda Gaúcha está ocupada, há mais de oito anos, por cerca de 400 famílias, de acordo com a Fetagri. "Em 2013 a produção de farinha foi de mais de 10 mil sacas e entre tantos desafios enfrentados pelos trabalhadores/as está a questão da estrada para escoar a grande produção existente na área", destaca a federação.

José Batista lembra ainda que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) já entrou com o pedido de arrecadação da área, mas o processo tramita na Justiça há três anos.

---

### **Articulação Amazônia realiza encontro sobre Grilagem de terra e regularização fundiária. Elvis Marques – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 24/09/2014**

Articulação Amazônia iniciou ontem (23) encontro com o tema "Grilagem de terra e regularização fundiária: implicações e desafios aos povos tradicionais da Amazônia". O evento segue até o dia 25, na Casa Regional das Irmãs de São José, em São Luís, no Maranhão.

Ao longo desses três dias, representantes de oito estados amazônicos, entre agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), colaboradores da entidade, pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos, seringueiros e quilombolas partilham experiências e participam de oficinas de formação sobre a grilagem de terra e regularização fundiária.

"Quem somos? O que fazemos? O que trazemos na bagagem para partilhar?". Foi respondendo essas questões que o encontro se iniciou. Representantes do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) puxaram cantigas do estado e que embalam as comunidades. Além disso, os quilombolas expuseram os conflitos enfrentados no estado, e como os grandes projetos tem impactado diretamente esses povos tradicionais.

Povos do campo e das florestas relataram inúmeras ameaças de morte e situações de conflito que ocorrem cotidianamente, entretanto, apesar dessas denúncias, uma frase marcou os discursos dos trabalhadores: "Não vamos desistir".

#### *Experiências*

O pescador Clovis Amorim da Silva foi um dos que reafirmaram a continuidade da luta, apesar dos intensos conflitos sofridos pela Comunidade Cajueiro Vila Maranhão, no interior da ilha de São Luís, onde vive com cerca de 400 famílias. Ali, o rápido crescimento urbano se tornou um inimigo. Segundo o trabalhador, as construções e, por sua vez o esgoto, têm poluído a água do mar. Com isso, o peixe tem ficado cada vez mais distante dos pescadores tradicionais.

Todavia, a poluição urbana não é a única preocupação da comunidade de Clovis. "Grilagem da terra, os portos e outros. Por conta dos portos e da dragagem (serviço de desassoreamento), os arrecifes e corais estão tudo encobertos por lama. Isso tem reduzido a pesca", conta o pescador, que tem cobrado ainda fiscalização dos órgãos de meio ambiente para que problemas como esse não ocorram.

"Nossa bandeira de luta é os territórios livres", afirma Catarino Santos, um dos representantes do Moquibom. Durante o período reservado para que os povos tradicionais falassem sobre suas experiências, o quilombola explicou como surgiu o Movimento Quilombola do Maranhão e como tem sido a atuação junto às demais comunidades quilombolas. "A articulação das comunidades quilombolas surgiu pela falta de representabilidade das comunidades maranhenses", destaca.

Além disso, Catarino lembrou que o preconceito e a criminalização dos movimentos sociais tem sido comuns no estado. "É um problema muito sério enfrentado pelas comunidades. Os movimentos são chamados de baderneiros aqui. Enfrentamos muito preconceito dos órgãos públicos", denuncia.

No entanto, já ouviu aquela frase "A união faz a força"? Bom, Catarino ressaltou que o movimento quilombola tem lutado junto com os indígenas em defesa dos territórios.

*Qual a situação fundiária das comunidades impactadas pelos grandes projetos?*

Para responder essa pergunta, os participantes do evento foram divididos em três grupos. A partir daí, foi o momento em que os trabalhadores do campo falaram sobre os desafios, conflitos e quais iniciativas têm sido desenvolvidas para resolver esses problemas. Após essa conversa, o representante de cada grupo expôs, com o auxílio dos trabalhadores, como está a situação fundiária na comunidade em que essas pessoas vivem ou acompanham.

Nesta quarta-feira haverá um estudo sobre a regularização fundiária e o impacto dos grandes projetos sobre as comunidades quilombolas na região amazônica. Ainda será trabalhada a articulação camponesa do Tocantins frente ao avanço dos grandes projetos. Já os representantes do Mato Grosso abordaram a recuperação das nascentes no enfrentamento aos grandes projetos.

---

#### **Após ocupação da Estrada de Ferro Carajás, quilombolas se amarram na ferrovia e iniciam greve de fome. Diogo Cabral – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/09/2014**

Apesar de ocuparem há dois a Estrada de Ferro Carajás na altura do quilômetro 81, em Itapecuru-Mirim, no Maranhão, o governo federal ainda não respondeu aos anseios das mais de 35 comunidades quilombolas que exigem titulação de seus territórios étnicos.

Por outro lado, o governo federal, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, informou que somente negociará com as comunidades se for formada uma comissão quilombola, para debater os pontos de reivindicação em Brasília. Na mesma direção, a truculenta empresa Vale ingressou com ação de reintegração de posse contra os acampados.

Em resposta ao governo federal e à Vale, uma das principais financiadoras de campanha do País, os quilombolas se amarraram na ferrovia e iniciaram greve de fome hoje (25), às 8 horas da manhã.

---

#### **MDA entrega 1,7 mil títulos a agricultores familiares cearenses – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/09/2014**

Agricultores familiares cearenses de Limoeiro do Norte receberam, nesta quinta-feira (25), títulos de propriedade de posse da terra. Ao todo foram entregues 1,7 mil títulos, que além de garantir mais segurança aos agricultores possibilitam o acesso ao crédito e as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida.



A ação é parte final de um convênio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - por meio do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária - e o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE). A iniciativa já beneficiou mais de 11,6 mil agricultores familiares, em 10 municípios cearenses.

“Com a entrega desses títulos, concluímos mais esta etapa. A meta do MDA é universalizar a política de regularização fundiária no Ceará, beneficiando mais de 200 mil famílias”, informou o secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida.

### *Oportunidade*

Idelson Faustino Guimarães disse que o pai Faustino Rodrigues Guimarães, hoje com 80 anos, já havia desistido de registrar a propriedade da terra em que vivem. “Nunca tivemos condições para pagar uma escritura, dificuldade que nos impedia de ter um documento oficial da terra. Só tínhamos o recibo de compra e venda, que para o banco não valia nada”, explicou.

Responsável pela propriedade do pai, Idelson conta que chegava ao banco para pedir crédito e não conseguia recursos para melhorar a produção de limão e diversificar o plantio. Mas acredita que, agora, com o título vai conseguir avançar. “Com o documento oficial vamos ter novas oportunidades. Queremos plantar banana, feijão e milho e melhorar de vida”, relatou.

Para Eliete Guimarães, que nasceu e cresceu na propriedade agora regularizada, de 2,5 hectares, o título tem dupla importância. “Há muitos anos que esperamos por isso, porque terra sem papel é terra sem valor. Com o título, além de poder pegar financiamento vou também provar que sou agricultora e com isso me aposentar. Parece um sonho”, disse entusiasmada.

### *Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF)*

Criado em 2003, o programa tem como objetivo promover a regularização fundiária de áreas devolutas estaduais, viabilizando, por meio da titulação, a permanência dos agricultores na terra e o desenvolvimento local.

Gerido pela Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA, o programa é executado em parceria com os Institutos de Terras estaduais, apoiando nas ações de regularização e no ordenamento fundiário.

---

## **Governo federal cria 33 novos assentamentos da reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/09/2014**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, participam nesta sexta-feira (26), às 10h, da Abertura da Porteira do Projeto de Assentamento Recanto da Esperança, em Buritis, município mineiro a 193 quilômetros de Brasília (DF). Além desse, mais 32 outros projetos de assentamentos serão criados, no mesmo dia, beneficiando mais de 1,6 mil famílias.

Ao todo, serão 64.305 hectares destinados à reforma agrária. Os projetos de assentamentos estão localizados no Acre, Alagoas, Pará, Bahia, Ceará, Goiás,

Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os novos assentados poderão contar com a nova rota de crédito do Plano Safra da Reforma Agrária: os ciclos de Instalação, Microcrédito Produtivo e demais linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

#### *Buritis*

Vinte e duas famílias que viviam acampadas na antiga Fazenda Fetal, local do projeto, vão receber oficialmente a posse da área de 691 hectares adquirida pelo Incra. Além do ato de “abertura de porteira” para a entrada definitiva dos agricultores, serão apresentadas também políticas de fortalecimento da agricultura familiar, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), e outras ações de infraestrutura, entre elas o Luz Para Todos.

#### *Serviço*

Ato de “abertura de porteira” em Buritis (MG)

Data: 26 de setembro (sexta-feira)

Horário: 10h

Local: Projeto de Assentamento Recanto da Esperança, Fazenda Fetal, GO 468 – município de Buritis.

Ascom/ MDA

---

### **Governo Federal cria 33 assentamentos da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/09/2014**

O presidente do Incra, Carlos Guedes, acompanha o ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, na Abertura da Porteira do Projeto de Assentamento Recanto da Esperança, em Buritis, município mineiro a 193 quilômetros de Brasília (DF), nesta sexta-feira (26), às 10h. Além desse, mais 32 outros projetos de assentamentos serão criados, no mesmo dia, beneficiando mais de 1,6 mil famílias.

Ao todo, serão 64.305 hectares destinados à reforma agrária. Os projetos de assentamentos estão localizados no Acre, Alagoas, Pará, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os novos assentados poderão contar com a nova rota de crédito do Plano Safra da Reforma Agrária: os ciclos de Instalação, Microcrédito Produtivo e demais linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

#### *Buritis*

Vinte e duas famílias que viviam acampadas na antiga Fazenda Fetal, local do projeto, vão receber oficialmente a posse da área de 691 hectares adquirida pelo Incra. Além do ato de “abertura de porteira” para a entrada definitiva dos agricultores, serão apresentadas também políticas de fortalecimento da agricultura familiar, como a

Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), e outras ações de infraestrutura, entre elas o Luz Para Todos.

---

**Governo Federal destina mais 64 mil hectares para reforma agrária. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/09/2014**

Mil e seiscentas famílias de trabalhadores rurais viveram, nesta sexta-feira (26), um momento histórico: conquistaram a própria terra para produzir e viver. Nesta sexta-feira (26), foram criados 33 novos projetos de assentamentos, em diversas regiões do país, que, juntos, formam uma área de 64 mil hectares destinada à reforma agrária.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, participou da inauguração de um dos projetos de assentamento, o Recanto da Esperança, em Buritis (MG). “Hoje é um dia simbólico, mas representa mais do que isso. Vivemos em um período histórico em que assentados estão tendo acesso à terra, estão estudando, se profissionalizando, bem como estão contando com recursos para iniciar a produção de alimentos e avançar na agroindustrialização”, destacou.

Segundo o ministro, o projeto de desenvolvimento do campo passa pela posse da terra e pela chegada de políticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas. “Agora essas famílias beneficiadas podem dizer que o chão é delas, com todo o direito de titulação. Em nosso projeto de desenvolvimento rural, um assentamento tem que ter, além da terra, crédito, assistência técnica, saúde, água, luz, escolas e boas estradas”, salientou.

Os assentamentos criados estão em 13 estados, dentre eles Maranhão, Paraíba e Sergipe. Para o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, a criação desses assentamentos representa o avanço da reforma agrária no País.

“Essa ação é mais um exemplo de que as famílias não só têm um pedaço de terra para produzir e viver com dignidade, como estão acessando outras políticas como o crédito, a assistência técnica e o Cadastro Único que leva aos assentados os programas sociais”, afirmou Guedes. “Essa é a reforma agrária que queremos e que já está sendo realizada”, completou o presidente do Incra.

*Recanto da Esperança*

Só no assentamento Recanto da Esperança, a 193 quilômetros de Brasília (DF), foram cadastradas 22 famílias que há dez anos aguardavam pela titulação da antiga Fazenda Fetal. Pessoas como o recém-assentado Antônio de Oliveira Neves, 66 anos, que trabalha na terra desde 1964.

“Durante toda a minha vida trabalhei no campo. Chegamos aqui e lutamos bastante, sem desistir, até que chegou esse dia. Ter o nosso assentamento é uma grande conquista. Agora vamos continuar a nossa luta para produzir e aplicar cada benefício no lugar certo”, comemorou. Ao todo, o assentamento compreende 691 hectares.

Os novos assentados poderão contar com a nova rota de crédito do Plano Safra da Reforma Agrária: os ciclos de Instalação, Microcrédito Produtivo e demais linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

---

**Governo Federal avança em reconhecimento da Comunidade Kalunga (GO).  
Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).  
29/09/2014**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concede, nesta terça-feira (30), 31 mil hectares de terra à comunidade quilombola Kalunga, por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A iniciativa garante segurança jurídica e assegura a continuidade das tradições da comunidade.

A transferência de posse será realizada em Monte Alegre (GO), a 303 quilômetros de Brasília. O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, a ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, e o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marco Aurélio da Rocha, participam da solenidade.

Desde 2010, o Incra trabalha na desapropriação desse território. Cerca de R\$ 34 milhões já foram investidos na região. No total, 17 imóveis foram ajuizados com ações desapropriatórias – correspondendo a 56 mil hectares. Destes, nove estão imitados na posse do Incra, permitindo a autarquia a transferência de posse desses imóveis à comunidade quilombola. A partir da legitimação, o Incra emitirá os títulos definitivos.

A comunidade Kalunga fica nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina. No total, 600 famílias quilombolas vivem num território de 261 mil hectares. A terra pertence oficialmente aos Kalunga desde 2000, quando foi titulada pela Fundação Cultural Palmares, mas os fazendeiros da região continuaram morando nas terras.

*Serviço*

Local: Escola Bom Jardim, Município de Monte Alegre (GO)

Data: 30/09 (terça-feira)

Horário: 14h

---

**RJ: Incra terá assentamento em área adquirida do Banco do Brasil – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/09/2014**

O Rio de Janeiro terá mais uma área da reforma agrária. A portaria de criação do Assentamento União, Terra e Trabalho, localizado no município de Itaguaí, a 69 quilômetros da capital fluminense, foi publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira (26).

O novo assentamento será implantado nas terras da Fazenda Vale do Sol, que possui 163 hectares e capacidade para abrigar oito famílias de trabalhadores rurais. Esse será o

78º assentamento criado no Rio de Janeiro, englobando uma área que, somada, aproxima-se de 180 mil hectares e beneficia mais de 5 mil famílias.

A obtenção da propriedade é fruto do primeiro acordo judicial celebrado entre o Incra/RJ e o Banco do Brasil para aquisição de terras devedoras à instituição financeira. Pelos termos do acordo assinado em 2012, o Banco do Brasil concordou em receber como indenização pelo imóvel, incluindo-se aí os valores da terra nua e das benfeitorias, a quantia de R\$ 395 mil.

#### *Vantagens*

O Banco renunciou, ainda, ao pagamento de juros de mora, juros compensatórios, parcelas relativas a honorários de advogado e do assistente técnico contratado por eles. Já o Incra desistiu do Agravo de Instrumento interposto na Justiça para obter liminarmente a imissão na posse do imóvel.

Famílias candidatas a serem incorporadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no município de Itaguaí já foram incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico), que identifica e caracteriza famílias de baixa renda e viabiliza o acesso a políticas como o Bolsa Família. O Incra/RJ ainda irá selecionar e homologar aquelas que farão parte do novo assentamento.

---

#### **Mais 328 famílias receberão lotes da reforma agrária no Maranhão – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/09/2014**

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão vai implantar quatro projetos de assentamento (PA) no Estado. As portarias de criação foram publicadas na sexta-feira (26), no Diário Oficial da União (D.O.U), e se referem aos imóveis Fazenda Rio Negro II, localizada no município Belágua, Fazenda Alegre, em Codó, Fazenda Minador, em Brejo de Areia, e Fazenda Brejinho e Vargem Grande, em Passagem Franca. As áreas totalizam 8.566 hectares e têm capacidade mínima para assentar 328 famílias de trabalhadores rurais.

Esses novos assentamentos fazem parte das 33 novas áreas autorizadas pelo Governo Federal para reforma agrária, na última sexta-feira, e que somam 64.305 hectares, beneficiando 1,6 mil famílias nos estados do Maranhão (MA), Acre (AC), Pará (PA), Bahia (BA), Ceará (CE), Alagoas (AL), Goiás (GO), Paraíba (PB), Rio Grande do Norte (RN), Rio de Janeiro (RJ), Paraná (PR), Sergipe (SE) e no Distrito Federal (DF).

#### *1.760 famílias assentadas*

Segundo informações do chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Incra/MA, Lucílio Araújo Costa, este ano o Instituto incorporou ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) 19 áreas, sendo sete criadas pelo Incra e mais 12 do governo estadual que foram reconhecidas pela Autarquia, totalizando 31.273 hectares. “Já temos homologadas no sistema do Incra/MA o assentamento de 1.760 famílias de trabalhadores rurais. Com esses números, alcançamos o percentual de 76,52% da meta estabelecida para assentamentos este ano”, afirmou o chefe de Divisão.

## *CadÚnico*

As famílias atendidas terão de se inscrever no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal para que possam ter acesso ao Bolsa Família, Brasil Carinhoso e a outros programas governamentais. Elas também passarão a receber os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária, além de energia elétrica, água, moradia pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, créditos agrícolas e assistência técnica para garantir a produção de alimentos.

### *Imissão na Posse*

Este ano o Incra/MA foi imitado na posse de oito imóveis rurais, disponibilizando uma área de 13.170 hectares, que será utilizada para criação de assentamentos. A capacidade de atendimento é de 211 famílias rurais.

A autarquia registra ainda outros 15 imóveis que estão com ações ajuizadas na Justiça Federal aguardando mandado de imissão na posse, o que vai assegurar uma área de 36.657 hectares, onde poderão ser assentadas cerca de mil famílias.

---

## **Quem aperta o gatilho nos assassinatos do campo no Pará? Márcio Zonta – Site do MST. 30/09/2014**

Na última semana mais duas mortes ocorreram em circunstância de conflito agrário no sudeste paraense. Dessa vez, o palco foi a cidade de Bom Jesus do Tocantins, cerca de 70 quilômetros de Marabá.

O líder camponês, Jair Cleber dos Santos, foi alvejado pelo gerente da Fazenda Gaúcha, conhecido como Neném, após a tentativa de um acordo para que o funcionário da propriedade liberasse a entrada de tratores para melhoria da vicinal, onde acampam 300 famílias há mais de seis anos.

No meio da confusão, mais cinco trabalhadores rurais foram baleados pelos pistoleiros contratados pelo gerente, e o tratorista da prefeitura, Aguinaldo Ribeiro Queiróz, que esperava uma definição para iniciar o trabalho, também foi assassinado por Neném.

A Fazenda pertence a Jacundá Agro Pastoril LTDA, cujo presidente é o empresário e pecuarista paulista Lucas Carlos Batistela.

Segundo informações da Comissão Pastora da Terra de Marabá (CPT), a área da fazenda foi grilada e pertence à União. Há seis anos tramita uma ação civil pública ingressada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na 2ª Vara Federal de Marabá, sem decisão.

As mortes, que seguem todos os elementos triviais nos assassinatos de trabalhadores rurais no sul e sudeste paraense, campeões de óbitos no campo do Brasil, suscitam rumores sobre o que estaria ocorrendo na maior superintendência agrária do país. O Incra de Marabá assiste aproximadamente 400 assentamentos no Pará.

### *A superintendente*

A julgar pelos três, talvez, mais emblemáticos superintendentes do Incra de Marabá nos últimos anos, pode-se imaginar porque os trabalhadores rurais têm pagado com a própria vida o objetivo de conquistar um pedaço de terra.

A atual deputada estadual Benadete TenCaten (PT-PA), foi superintendente regional do Incra de Marabá entre os anos de 2003 e 2006. Nesse período, a deputada teria montado seu esquema de sustentação política e financeira.

Disso, inclusive, resultou-lhe processo por desvio de verba na Justiça Federal, onde foi condenada em 1ª e 2ª Instâncias, tornando-a inelegível.

Já nos anos 2012 e 2013, o marido de Bernadete, Luis Carlos Pies, esteve na superintendência como secretário, com fortes indícios de dar continuidade a trama de Bernadete.

"Penso que vem daí o financiamento, envolvendo presidentes de associações de lavradores e sindicatos beneficiários com a atuação dela em toda a região", ressalta o advogado Ademir Braz, que vem acompanhando os casos de corrupção do Incra.

Este ano, o Ministério Público Federal (MPF) iniciou uma investigação no município de Conceição do Araguaia, onde descobriu que um secretário de finanças tinha forte participação num esquema de desvio de verbas, que perdurava por dez anos, favorecendo justamente políticos ligados ao "PT pra Valer", a tendência de Bernadete.

Em Itupiranga, outro município do sudeste paraense submetido ao Incra de Marabá, mais um escândalo envolveu agricultores ligados a TenCaten em falcaturas com verba do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

E, enquanto, Bernadete TenCaten, consolava a viúva de Jair no velório no dia 24 de setembro, seu partido recebia do Grupo Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas, o maior grileiro de terras do Pará, R\$ 1,1 milhão para custear campanhas eleitorais.

Conforme estudo da CPT, 72% das áreas em poder do grupo Santa Bárbara seriam compostas por terras públicas federais ou estaduais.

O filho de Bernadete, Dirceu TenCaten concorre no pleito de outubro ao cargo de deputado estadual no Pará.

*Bom rapaz*

Tempos depois de Ten Caten deixar a superintendência do Incra, outro personagem merece destaque. O jovem Edison Bonetti assumiu a instituição por apenas três meses, em 2103.

Sua gestão, para além da manutenção das fraudes do Incra, foi alvo de revolta por parte de movimentos sociais e entidades de direitos humanos. E março de 2013, a CPT de Marabá e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), protocolaram uma representação no MPF solicitando investigação na atuação de Bonetti.

O motivo: Bonetti beneficiou com um lote de Reforma Agrária, José Rodrigues Moreira, o mandante dos assassinatos do casal extrativista José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, ocorrido em maio de 2011.

O lote ficava no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna (PA), o mesmo que estaria em disputa e, por consequência, levado a morte o casal.

“Os fatos configuram atos de improbidade administrativa, infrações preliminares previstas na lei 8.112/90 e crimes contra a Administração Pública praticados por agentes públicos com participação de particulares, não foi equívoco, não foi displicência, o superintendente tinha total conhecimento da situação”, menciona José Batista Afonso, advogado da CPT.

Com a pressão, Bonetti abandonou o cargo. Porém, ficou pouco tempo desempregado. Logo foi convidado para ser gerente de negócios do empresário e fazendeiro Rafael Saldanha, trabalho que exerce até os dias atuais.

Rafael Saldanha é réu na ação penal pela morte dos trabalhadores rurais Onalício Araújo Barros (Fusquina) e Valentim Silva Serra (Doutor), assassinados em 26 de março de 1998 pela articulação do grupo de fazendeiros ao qual Saldanha faz parte.

Após as primeiras investigações do assassinato, a juíza de Parauapebas, Maria Vitória Torres do Carmo, decretou a prisão provisória dos fazendeiros Rafael Saldanha e Geraldo Teotônio Jota, o "Capota", acusados de cúmplices nos assassinatos dos dois líderes do MST.

Porém, o estado do Pará nunca cumpriu a determinação, e a ação penal contra os fazendeiros está prestes a prescrever.

### *Substituição*

Saiu Bonetti, entrou na superintendência Eudério Coelho, atual comandante da instituição. A figura de Eudério seria a mais frágil de todos os superintendentes levando em consideração a escala de poder do grupo que aparelha o Incra, da tendência PT para Valer.

“O monopólio que o PT exerce na direção do Incra só trouxe prejuízo aos camponeses, e só trouxe poder ao grupo ao qual o Incra está submetido. Todos os superintendentes da instituição nos últimos anos só trabalharam para obter como resultado final a eleição de prefeitos, vereadores e deputados”, denuncia Charles Trocate, do MST.

As últimas declarações e atos de Eudério ilustram o cenário. Em nove de junho deste ano, em reunião com a coordenação do MST, após ocupação da fazenda de Rafael Saldanha em Marabá, onde 40 pistoleiros atacavam as famílias acampadas, o superintendente afirmou: “lavo as mãos e não atuarei contra o latifúndio no Pará”.

Na mesma ocasião disparou na imprensa nacional a favor do fazendeiro. “Inspecionamos as duas áreas recentemente e verificamos que elas não têm problemas”.

Além do mais, demonstrou a prévia negociação com o fazendeiro. “Vamos pedir que os Sem Terra deixem as duas fazendas. Eles saindo, vamos procurar conversar com os donos e verificar se eles têm interesse em vendê-las, pois não podemos simplesmente desapropriá-las”, declarou Coelho.



Semanas depois, um laudo do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) comprovava que as terras ocupadas pelo MST eram griladas, improdutivas e com crimes ambientais, já que se tratava de área de concessão de afloramento, jamais podendo ser destinada para pasto, por ser uma zona de castanhal.

A defesa publicamente de Eudério a favor do fazendeiro revelaria, inclusive, à inoperância da Delegacia de Conflitos Agrário de Marabá (Deca), que negou investigar a investida de pistoleiros contra os acampados das fazendas de Saldanha.

Comportamento que se repetiu com os acampados da Fazenda Gaúcha. Mesmo após inscrever 11 ocorrências de Jair e da comissão coordenadora das famílias do acampamento, a última em agosto desse ano, denunciando a ameaças de mortes deferidas constantemente pelo gerente Neném, nada fez.

No enterro de Jair, um agricultor, que prefere não ter sua identidade revelada, desabafava. Para ele a arma que matou o amigo e o tratorista é manipulada por muita gente. “Quem aperta o gatilho para matar trabalhador rural no sul e sudeste do Pará é o PT pra Valer, é o Incra, é a Deca, é o fazendeiro empresário que grila terras e a justiça sempre morosa e a favor do latifúndio”, define.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa